

# Deputados têm novo reajuste a partir de abril

Aumento escalonado é garantido pela automaticidade em relação ao Congresso aprovada pelos deputados estaduais no final de 2022

FLAVIA BEMFICA

Os deputados estaduais gaúchos passaram a receber, a partir de 1º de abril, subsídio mensal de R\$ 31,2 mil. É a segunda elevação nos salários dos parlamentares desde o início de 2023. A primeira aconteceu a partir de fevereiro, quando o subsídio subiu dos antigos R\$ 25,3 mil para R\$ 29,4 mil. Eles também já têm aumentos garantidos em 2024 e 2025. Em 1º de fevereiro do próximo ano os salários serão elevados para R\$ 33 mil. E, em 1º de fevereiro de 2025, para 34,7 mil.

Os aumentos escalonados foram garantidos antecipadamente em uma votação ocorrida no final de 2022, gerando assim menos visibilidade e, por consequência, menor desgaste junto à opinião pública. Eles se tornaram possíveis porque, em 20 de dezembro, os deputados aprovaram um projeto (o PL 253) que trouxe uma inovação em relação ao reajuste de seus próprios salários. A chamada automaticidade, válida somente para a atual legislatura, em relação ao subsídio fixado para os membros do Congresso Nacional no mesmo período.

Com a proposta, os gaúchos fixaram o próprio salário em

75% do de federais e senadores, reforçando o estabelecimento do teto definido constitucionalmente. A Constituição prevê que recebam “no máximo” 75% do que é determinado, em espécie, para os federais. Mas, até a aprovação da mudança em dezembro, era praxe no Legislativo gaúcho definir os aumentos em valores, ao final de uma legislatura, fixando um total em reais dentro do limite constitucional, que valia para os quatro anos da legislatura seguinte.

A mudança feita aqui no apagar das luzes de 2022 aconteceu ‘em sintonia’ com tratativas que já se davam no Congresso. Lá, no mesmo dia 20 de dezembro, a Câmara dos Deputados e depois o Senado aprovaram um projeto de decreto legislativo (PDL) que igualou os subsídios de deputados federais e senadores aos de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). A isonomia está prevista na Constituição, mas, até então, não era aplicada. Na legislatura passada, antes do aumento, federais e senadores recebiam subsídio de R\$ 33,7 mil. Com a aprovação do PDL, os salários dos congressistas saltaram para R\$ 39,2 mil (o mesmo de um ministro do Supremo) em janeiro.

mil em 2022, foram assim elevados para R\$ 41,6 mil em abril. Passarão a R\$ 44 mil a partir de 1º de fevereiro de 2024. E para R\$ 46,3 mil em 1º de fevereiro de 2025. O projeto do aumento no Supremo (PL 2438/22) foi aprovado em 21 de dezembro.

Como igualaram seus salários aos dos ministros, os deputados federais e senadores tiveram um segundo aumento em abril e garantiram outros dois, os de 2024 e 2025. E os deputados estaduais, ao aprovarem a

A EVOLUÇÃO	
■ Em 2022	Senadores e federais: R\$ 33.763,00 Estaduais: R\$ 25.322,25
■ A partir de 1º de janeiro de 2023 (aumento de 16,37%)	Senadores e federais: R\$ 39.293,32 Estaduais: R\$ 29.469,99*
■ A partir de 1º de abril de 2023 (aumento de 6%)	Senadores e federais: R\$ 41.650,92 Estaduais: R\$ 31.238,19
■ A partir de 1º de fevereiro de 2024 (aumento de 5,6%)	Senadores e federais: R\$ 44.008,52 Estaduais: R\$ 33.006,39
■ A partir de 1º de fevereiro de 2025 (aumento de 5,36%)	Senadores e federais: R\$ 46.366,19 Estaduais: R\$ 34.774,64

\*No caso dos deputados estaduais, o PL 253 se transformou na Lei 15.939, sancionada pelo governador Eduardo Leite em 2 de janeiro de 2023. Tanto o PL quanto a lei estadual fixaram que o primeiro reajuste passaria a valer a partir do início da atual legislatura, ou seja, em 1º de fevereiro, ao invés de 1º de janeiro.

## CONGRESSO

### Decreto legislativo foi aprovado no fim de 2022

O projeto de decreto legislativo (PDL) que igualou os subsídios de deputados federais e senadores aos dos ministros do Supremo também garantiu novos aumentos, escalonados, além daquele de janeiro, na carona de um outro texto, apresentado em setembro de 2022, por iniciativa do tribunal, e que estabeleceu um aumento de 18% nos subsídios dos ministros a partir de 1º de abril de 2023. Os vencimentos dos ministros, que já eram de R\$ 39,2

automaticidade para a legislatura atual, fizeram o mesmo em relação aos congressistas, em uma espécie de efeito cascata. Assim, enquanto o reajuste total dos ministros será de 18%, o de senadores, deputados federais e estaduais será de 37,32%.

A última elevação para os ministros havia ocorrido em 2018. Já os últimos aumentos para senadores, federais e, por consequência, estaduais, tinham acontecido em 2014.

## MINAS GERAIS

### Governo Zema chama Inconfidência de ‘golpe’

Em postagem comemorativa à Inconfidência Mineira nas redes sociais, o governo de Minas Gerais chamou o movimento contrário à coroa portuguesa de “golpe” e afirmou que Tiradentes foi o único inconfidente a confessar “crimes”. No Instagram e no Facebook, a maioria dos comentários é de desaprovção; deputados mineiros da oposição criticaram a escolha de

palavras. Após a repercussão negativa do texto, a palavra “crimes” foi substituída por “atos”.

No texto completo das postagens, lia-se: “A data de hoje recorda a luta dos inconfidentes mineiros pela liberdade do Brasil e dos brasileiros. Temendo as consequências do golpe à Coroa Portuguesa, os inconfidentes não confessaram seus crimes. O único a fazê-lo foi Joa-

quim José da Silva Xavier, que tornou-se o mártir Tiradentes ao receber a pena mais dura, em 21 de abril de 1792. Minas respira liberdade, está em nossa bandeira. Viva Tiradentes!” Para o deputado federal Paulo Guedes (PT-MG), “Zema não sabe que lutar por liberdade não é crime, que defender sua nação não é golpe, não sabe distinguir inocentes de canalhas”.



TALINE OPPITZ

taline@correiodopovo.com.br

## TCEs deflagram fiscalização simultânea em escolas do país

Pela primeira vez na história, tribunais de contas irão realizar, nesta segunda-feira, fiscalização simultânea em mais de mil escolas em todo o país. Serão mais de 800 técnicos, de 32 cortes, participando da iniciativa que analisará questões relacionadas à infraestrutura. O foco inicial serão 1.088 escolas públicas estaduais e municipais. A ação, chamada de Operação Educação, irá se estender até a próxima segunda-feira, dia 26. Nas visitas, serão checados 200 itens. Entre eles, a situação de refeitórios, bibliotecas, salas de aula e quadras esportivas. Também serão examinados aspectos ligados à segurança, prevenção de incêndios e higiene e limpeza dos estabelecimentos de ensino. A iniciativa é uma parceria entre a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) e conta com o apoio técnico de outros institutos, associações e Tribunal de Contas da União. De acordo com o presidente da Atricon, Cezar Miola, dados do Censo Escolar 2022 subsidiaram a seleção das escolas a serem visitadas e apontam que ao menos 12,9 milhões de estudantes da educação básica da rede pública frequentam unidades que apresentam algum problema de infraestrutura. Quase um milhão deles estão matriculados em estabelecimentos de ensino sem acesso à água potável e 390 mil estudam em escolas sem banheiros. “O poder público precisa garantir meios para que as escolas ofereçam condições básicas, num ambiente de acolhimento, segurança e aprendizagem, que é um direito das famílias e da sociedade”, disse. Após as análises, as informações serão inseridas em sistema de consolidação automática de dados. Em seguida, serão gerados um relatório nacional e outro por estado.

## Tempo é mais um desafio do Plano Diretor

O Plano Diretor de Porto Alegre, projeto mais importante da cidade e que já está atrasado devido ao período da pandemia, em um cenário ideal, precisaria ser enfrentado pela Câmara ainda neste ano. Isto porque em 2024, com as eleições municipais, além de o ritmo da Casa ser atingido, ficando mais lento, as discussões serão totalmente contaminadas política e eleitoralmente. “No ano que vem será muito difícil este tema avançar com base em análises técnicas, como deve ser”, disse o presidente da Câmara, Hamilton Sossmeier (PTB), em entrevista ao programa “Esfera Pública”, da Rádio Guaíba. Caso o projeto não seja vencido neste ano, nem em 2024, caberá à nova formação da Câmara, na próxima legislatura, com início em 2026, votar a proposta, o que significará retrocesso considerável ao processo.

## Cargos geram disputas na Câmara

O Plano Diretor de Porto Alegre conta com uma comissão especial, formada por sete grupos temáticos, cada um deles com um presidente e um relator. Os cargos estão gerando disputas entre vereadores. Para o comando da comissão principal, o mais cotado é Idenir Cecchim (MDB).

## MPC dará parecer sobre Corsan nesta semana

Um dos entraves envolvendo a Corsan e que está entre os pontos que estão postergando o avanço do processo da companhia irá avançar. O procurador-geral do Ministério Público de Contas, Geraldo da Camino, que retornou no início de abril de período de estudos na Europa, deve apresentar nesta semana seu parecer sobre o caso. O parecer será então encaminhado à relatora do processo no Tribunal de Contas do Estado, a conselheira substituta, Ana Moraes. Entre os questionamentos, está o valor de venda da empresa, que enfrenta também ações no campo jurídico visando barrar a venda.

## APARTES

■ Ocorre nesta segunda-feira sessão solene na Câmara de Porto Alegre, por iniciativa do vereador João Bosco Vaz (PDT), de entrega do Prêmio Glaucus Saraiva ao tradicionalista e comunicador Rogério Bastos Pereira, pelo seu trabalho em prol da Cultura Gaúcha.

■ A sessão plenária da Assembleia, nesta terça-feira, irá analisar três projetos de decretos legislativos referentes a indicações do Executivo para as direções do Badesul e do BRDE. As indicações foram aprovadas na reunião da Comissão de Finanças na última quinta-feira. Serão votadas as indicações de Cláudio Leite Gastal para o cargo de presidente do Badesul, a de Ranolfo Vieira Júnior para o comando do BRDE e a indicação de José Luís da Silva Nunes para exercer o cargo de diretor do Badesul. As indicações deveriam ter sido votadas na última semana, mas acabaram adiadas pela não realização de sessão deliberativa.